



Oswaldo L. Palermo

Montoro, Goldemberg e Richa no debate sobre formas de governo, na USP

# Congresso abre e espera 'jeton'

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O Congresso Nacional realiza às 19 horas de hoje o ato solene de instalação da primeira sessão legislativa extraordinária da 48ª legislatura, decorrente da sua autoconvocação. A sessão inaugural vai limitar-se à leitura do ato convocatório e a um discurso do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, que destacará os motivos do funcionamento da Câmara e do Senado em caráter extraordinário até 28 de fevereiro, período em que o Legislativo estaria em recesso. Mas ao contrário do que pretende Lucena, dificilmente se evitará que os parlamentares ponham nos bolsos cerca de 110 mil cruzados a mais, cada, a título de ajuda de custo.

Alguns deputados não receberam bem a idéia do presidente do Congresso, de apresentar projeto de decreto-legislativo, na primeira sessão comum do Senado, amanhã, estabelecendo o não pagamento da ajuda de custo. Eles assinalam que esse projeto, assinado por todos os membros da Mesa do Senado, é "inconstitucional".

Diz a Constituição, em seu artigo

33, parágrafo primeiro, que "por ajuda de custo entender-se-á a compensação de despesas com transportes e outras imprescindíveis para o comparecimento à sessão legislativa ordinária ou à sessão legislativa extraordinária convocada na forma do parágrafo primeiro do artigo 29". É o caso da presente convocação, feita para analisar prioritariamente os atos que o Executivo vier a decretar na área fiscal (o chamado pacote fiscal), embora serão também examinadas pelo Legislativo as matérias de iniciativa governamental e as de parlamentares que já estejam em tramitação.

Segundo alguns deputados, não há como deixar de cumprir o dispositivo constitucional. Além do mais, disse um deles, 60 milhões de cruzados "é nada se comparado com os 50 milhões de dólares que o governo acaba de conceder ao grupo Sharp, do empresário Mathias Machline". Na verdade, o raciocínio que levou Lucena a propor o decreto-legislativo — que será votado e aprovado pelo Senado provavelmente ainda esta semana para, em seguida, ser submetido à deliberação dos deputados, na Câmara — é o de que, estando em funcionamento a Constituinte,

os parlamentares já estarão em Brasília, não havendo, portanto, despesas de deslocamento para a Capital.

Quanto ao funcionamento do Congresso Nacional, o problema será de tempo. Amanhã, a Câmara deverá fazer a primeira sessão da convocação extraordinária, mas sem ordem do dia e sem oradores inscritos para o grande expediente. Será quase uma sessão para simbolizar o início dos trabalhos. E aí o ano parlamentar estará terminado, porque no final da semana começa o chamado recesso de fim de ano, com o Congresso e a Constituinte só retomando suas atividades no dia 4 de janeiro.

Em fins de janeiro ou início de fevereiro começará a ser votado, em plenário, o projeto de Constituição, quando o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, conforme já comunicou a alguns parlamentares, realizará sessões da Assembléia Nacional de manhã, à tarde e à noite. Não sobrá tempo para as sessões da Câmara, do Senado e do Congresso. Para Ulysses, a Constituinte continua tendo prioridade absoluta. Por sinal, ele nem queria a convocação extraordinária do Congresso, que começa a funcionar nesse regime a partir de hoje à noite.